

verdadeiramente descentralizada, que reconheça a diversidade de cada ilha. Que não se centre, apenas, nas ilhas maiores que, tendo mais população, têm também uma maior oferta cultural. Que cada ilha tenha acesso equitativo a recursos e possa desenvolver as suas próprias iniciativas culturais e que estas possam circular por outras ilhas, porque a cultura contribui, também, para a coesão social e territorial e tem de ser vista como um direito efectivo de todos e não como um privilégio de alguns.

Uma rede eficaz de circulação, co-produção e programação cultural entre ilhas deve assentar numa lógica de cooperação entre as ilhas e não de centralização.

Vinda do ensino, que prioridades define para a ligação à escola. Educação artística, mediação cultural, programas com bibliotecas, teatros e museus? O que gostaria de ver diferente a curto prazo?

Vinda do ensino, considero que a cultura e a educação são os cabos de um mesmo elevador social. Defendo a integração de práticas culturais na educação, como forma de fortalecer a identidade, desenvolver o pensamento crítico e um meio de formar públicos, pelo que a prioridade deve ser reforçar



a ligação entre a escola e os equipamentos culturais, promovendo

uma educação artística integrada e inclusiva.

Que lugar reserva ao património (material e imaterial), museus e arquivos? Onde quer concentrar investimento: conservação, investigação, digitalização, acessibilidade, ou requalificação de equipamentos?

O património, quer material quer imaterial, é a base da identidade cultural e da memória colectiva, pelo que museus, arquivos e outros equipamentos culturais devem ocupar um lugar central nas políticas públicas.

No entanto, é essencial que o investimento seja estratégico e equilibrado. A prioridade deve ser a conservação do património existente, garantindo que os bens materiais se preservem e que o património imaterial continue a ser transmitido às gerações futuras.

Paralelamente, a investigação e a digitalização são fundamentais porque permitem estudar e documentar os acervos de forma rigorosa e aumentar o acesso ao público através de plataformas digitais, promovendo inclusão e democratização da cultura. Entendo que não devemos escolher entre conservar ou modernizar, mas adoptar uma abordagem integrada.

*jornal@diariodosacores.pt

“Sem a Macaronésia, a Europa abdica de uma parte fundamental da sua influência global”, defende Luís Garcia

O Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), Luís Garcia, defendeu na Quinta-feira, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, que “sem a Macaronésia a Europa abdica de uma parte fundamental da sua influência global”, sublinhando que a valorização das Regiões Ultraperiféricas (RUP) e da cooperação atlântica é determinante para a coesão, a projecção e segurança da fronteira externa da União Europeia.

O Presidente do Parlamento açoriano falava na abertura das X Jornadas Parlamentares Atlânticas, que decorreu esta manhã, no Parlamento Nacional de Cabo Verde, onde manifestou preocupação com a proposta de Quadro Financeiro Pluriannual em discussão, alertando que a tendência de recentralização orçamental e a possibilidade de enfraquecimento das políticas de Coesão tem impacto directo tanto nas RUP, como na Parceria Especial entre a Europa e Cabo Verde.

A esse propósito, o Presidente Luís Garcia defendeu que qualquer proposta que desvalorize as Regiões Ultraperiféricas representa “um retrocesso inaceitável para os nossos territórios”, sublinhando que o disposto no Artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia “não é uma mera sugestão jurídica; é um imperativo de justiça e de equidade”.

Reconhecendo que a União Europeia atravessa um momento de redefinição estratégica profunda, o Presidente da Assembleia Legislativa defendeu que “todo este contexto exige clareza política”, apelando a que as X Jornadas Parlamentares Atlânticas sejam uma oportunidade para defender a integridade das políticas de Coesão e o respeito pelo estatuto das RUP.

Referindo-se particularmente à Parceria Especial UE-Cabo Verde, o Presidente Luís Garcia destacou a importância de afirmar uma verdadeira solidariedade institucional, lembrando que a eficácia desta parceria não é alheia às decisões orçamentais tomadas em Bruxelas, razão pela qual “o reforço dos instrumentos financeiros que sustentam as RUP é determinante” para assegurar a sua estabilidade e continuidade.

No seu discurso, o Presidente do Parlamento açoriano destacou ainda o oceano como principal activo estratégico da Macaronésia, sublinhando o percurso dos Açores na criação e implementação de Áreas Marinhas Protegidas e na afirmação da Região como referência mundial na gestão do espaço marítimo. Na ocasião, salientou que “este conhecimento constitui um património colectivo que deve ser partilhado com Cabo Verde, Madeira e Canárias”, reforçando a capacidade de resposta aos desafios que se colocam



às regiões insulares.

As X Jornadas Parlamentares Atlânticas decorrem entre 5 e 7 de Fevereiro, na Cidade da Praia, após um interregno de oito anos, motivado pela pandemia de covid-19. A Assembleia Legislativa dos Açores participa através de uma delegação composta por

Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do CHEGA, do CDS-PP e da Representação Parlamentar do PPM, reafirmando o compromisso da Região com uma diplomacia parlamentar activa e com a afirmação da Macaronésia como espaço de cooperação estratégica no Atlântico.